

Curso Online de Filosofia

Olavo de Carvalho

Aula 104

30 de abril de 2011

[versão provisória]

Para uso exclusivo dos alunos do Curso Online de Filosofia.
O texto desta transcrição não foi revisto ou corrigido pelo autor.
Por favor, não cite nem divulgue este material.

Boa noite a todos, sejam bem-vindos.

A semana foi bastante agitada porque chegou a terceira comunicação do Professor Alexander Dugin para o nosso debate e, na mesma semana, aconteceu todo este fato relativo à certidão de nascimento do Obama, que fez com que eu permanecesse pelo menos dois dias pesquisando o assunto para ver do que se tratava, para que pudesse escrever algo à respeito — o que aliás já está feito e deve ser publicado no *Diário do Comércio*. Em função disso, mal pude abrir a *Apologia de Sócrates* e o *Fédon* para prosseguir o comentário. É claro que li estes textos há muitos anos, conservo recordação suficientemente boa, mas seria preciso reler parte por parte para fazer um comentário mais sério. Do pouco que pude examinar, tenho algumas observações que queria apresentar.

Por uma feliz coincidência, os trechos se cruzam com uma parte importante da comunicação do Professor Dugin, de modo que posso resolver os dois problemas de uma vez só, apresentando a vocês um resumo de minha resposta a esse texto do Professor Dugin, base de um comentário de algumas páginas da *Apologia de Sócrates*.

Na *Apologia*, após aqueles dois pontos importantíssimos que destaquei na semana passada: 1) a descoberta do fundo cultural da política, quer dizer, o conceito não é descoberta do século XX, já estava muito claro na *Apologia de Sócrates*. Ele chega a declarar, inclusive, que está sendo condenado não por causa da acusação presente, e sim por causa da rede de calúnias e difamações. Ele diz que estas pesam mais do que a acusação presente. Esta é somente pretexto para que a sociedade consume o mal que já vem preparando contra ele há muito tempo.

2) Vemos reiteradamente o apelo ao testemunho. E este evoca o problema do *Mito da Caverna* onde, ao contrário do que se poderia esperar a partir da expectativa estereotipada do platonismo, é o testemunho dos sentidos que aparece como símbolo do acesso à realidade verdadeira, ao passo que o mundo do pensamento e da cultura aparece como símbolo da ilusão. Não é o mundo dos sentidos que é ilusão, e sim o mundo da cultura. E, justamente, escapamos da caverna na hora que nos livramos do falatório e das imagens projetadas por outros seres humanos e observamos as coisas com os nossos próprios olhos.

Isto é muito claro no *Mito da Caverna* e um pouco mais no trecho que vem logo a seguir da *Apologia de Sócrates*, no qual ele mostra que, apesar e independentemente do que dizem dele, qualquer que seja a opinião daqueles que o rodeiam, ele é o que é e está acabado. Ele afirma a sua identidade permanente em face das opiniões mutáveis, levianas e volúveis, da comunidade. Se o universo da cultura tivesse uma prioridade, primeiro, da consciência individual e, segundo, do

mundo dos sentidos, este argumento simplesmente não seria possível. Como é que um homem, por ser ele próprio testemunha de fatos que viu e observou, pode testemunhar contra toda uma sociedade que está dizendo o contrário? Então, a prioridade absoluta do conhecimento direto em contraposição aos mitos culturais é claramente afirmada aqui.

É justamente nesse ponto que entra a observação do Professor Duguin. Eu escrevera na minha segunda comunicação: *“A técnica filosófica ensina que as definições de termos expressam apenas verdades gerais abstratas, possibilidades lógicas e não realidades. É a coisa mais óbvia do mundo. Está na definição mesma do conceito: a lógica não trata de nenhum fato, de nenhuma realidade, trata apenas de esquemas abstratos e suas relações internas. Do mesmo modo, a aritmética elementar não trata de nenhum objeto, mas apenas das suas quantidades, sem ter em conta de que tipo de objeto se trata. Isto aqui é na verdade a definição mesma da lógica, e não haveria muito o que discutir.*

No entanto, o Professor Duguin objeta o seguinte - e isto é muito importante para compreender não só o pensamento dele, mas toda uma série de modas culturais que hoje aparecem diante de nós com pretensões de uma autoridade avassaladora:

“A questão sobre o que é a realidade e de como ela corresponde a “definições” ou “idéias” varia consideravelmente nas várias escolas filosóficas. O termo “realidade” em si mesmo é baseado na palavra latina “res”, “coisa”. Mas a palavra falha no grego. [Não é falha, é falta no grego. No original em inglês está escrito falta]. Em Aristóteles não encontramos tal palavra – ele fala apenas sobre pragma (ação), energúeia, mas principalmente sobre “on”, o ser. Portanto a “realidade” como algo independente da mente (ou parcialmente dependente, como Berkeley) é um conceito Ocidental e pós-medieval e não algo universal”

Eu considero esta uma das afirmações mais graves, porque isto aqui contraria tudo o que se sabe sobre a história da filosofia. A idéia de que o ser pudesse depender da mente e que não fosse uma entidade independente da mente, a qual a mente deveria se curvar, é um dos tópicos fundamentais do platonismo. Ou seja, uma grande parte dos diálogos platônicos são polêmicas que ele trava com os sofistas que acreditam, seguindo Protágoras, que o homem é a medida de todas as coisas, ou seja, que a mente humana é que determina a realidade ou não.

Todo o platonismo é um protesto violento contra isso que o Professor Duguin está atribuindo ao próprio platonismo. Ele está dizendo literalmente que a idéia da realidade como uma coisa independente da mente humana só apareceu no Ocidente medieval tardiamente, e a prova disto é que a palavra “realidade”, derivada de *res*, não existe em grego. Essa concepção é de uma estupidez tão monumental que eu deveria encerrar o debate, mandar o sujeito para casa e dizer que não discuto com analfabeto. Porque é só examinar: pelo menos metade dos diálogos platônicos são confrontos com os sofistas e a tese principal destes é exatamente esta, de que a realidade depende da mente. E Platão está o tempo todo afirmando realidades que existem em si mesmas e que são independentes não só da mente individual, mas até da cultura inteira. Uma cultura inteira não pode se pronunciar sobre o que é a realidade ou não, mas um indivíduo pode. E é exatamente o que Sócrates está dizendo neste trecho: “eu sou aquilo que sou, a minha vida é aquilo que foi, e pouco interessa o que a sociedade diga a respeito, vocês não tem a possibilidade de mudar o passado”.

Do mesmo modo, a independência absoluta que as idéias ou formas desfrutam em relação à mente humana é um dos tópicos principais do platonismo. A primeira vez que alguém tentou dar uma interpretação diferente do platonismo foi Paul Natorp, o chefe da escola neokantiana de Marburg, com um livro publicado em 1903, *A Doutrina Platônica das Idéias: uma Introdução ao Idealismo*, no qual ele tentava interpretar as idéias ou formas como esquemas a priori de tipo kantiano. É um livro muito interessante, mas a tese jamais foi aceita pelos estudiosos do platonismo, não há

ninguém que a siga hoje em dia. Ao contrário, a idéia de que a mente humana é que determina a realidade é que é a idéia moderna. O idealismo consiste exatamente nisso, o tipo de idealismo subjetivo que aparece com Berkeley ou depois com Fichte. É a inversão total da história da filosofia.

Neste ponto existem idéias que não podem ser contestadas porque o que está faltando nelas não é lógica, não é referente à realidade, é educação. O professor Duguin precisa simplesmente completar a sua educação histórica para saber o que está falando. Suas proposições aqui são baseadas nesta crença inteiramente absurda, mas caracteristicamente moderna ou pós-moderna, de que, onde não existe uma palavra específica para designar um conceito, este conceito não é pensável. Ou seja, porque não existe a palavra *res*, então não existe também a palavra *realitas* e, portanto, o conceito de realidade não existe.

Aqui eu desafiaria o professor Duguin ou qualquer outro a encontrar um termo, uma palavra, que designe a idéia que eu acabo de expressar neste mesmo momento. Se para cada conceito que você emite é preciso uma palavra, então evidentemente tem de haver uma palavra que defina cada uma das frases que estou dizendo e cada uma das frases que ele escreve. É a coisa mais absurda que alguém já disse. Um conceito não precisa absolutamente corresponder a um termo da língua, senão aconteceria o seguinte: só seria pensável aquilo que já está registrado no vocabulário de uma língua, de antemão. O que implicaria no seguinte: as línguas não podem crescer. Quando uma língua incorpora uma nova palavra é porque houve uma nova percepção para qual não existia esta palavra. Então você ou inventa a palavra ou a adapta de uma língua estrangeira, forma um neologismo, e passa a dizer aquilo que antes você percebia sem ter uma palavra correspondente.

Além disso, o termo “realidade” pode até não ser o mais adequado para dizer isso. Se você não tem a palavra “realidade”, você vai ter de apelar a alguma outra, você vai dizer o “mundo”, o “ser”, o “universo”, a “totalidade”, o que quer que você queira. Mas quando ele diz:

“Diferentes culturas não sabem o que “a realidade” significa. É um conceito, nada mais.”

Ora, se a realidade fosse um conceito, nós não poderíamos estar dentro da realidade elaborando conceitos. E realidade, ou o mundo, o universo, pode se definir na verdade como aquele campo dentro do qual nós estamos e que não é redutível a nenhum conceito, ou seja, todos os nossos conceitos expressam aspectos da nossa realidade e não “a” realidade. Afirmar que a realidade é um conceito é exatamente a inversão. Dentro da realidade existem homens, e estes homens elaboram conceitos, mas nenhum destes conceitos podem jamais abarcar a realidade.

A realidade é aquilo que se impõe a nós como uma coisa que abrange aquilo que é o pensável e aquilo que vai além do pensável. Admitir que estamos dentro de um campo, ou de um âmbito, que contém muito mais do que aquilo que nós sabemos e que contém muito mais do que aquilo que é pensável é a condição do pensamento normal humano desde que o mundo é mundo, e isso é o que caracteriza justamente aquilo que Henri Bérson chamava “a alma aberta”. A alma aberta é aquela que está aberta para a realidade, ou seja, que sabe que, para além de tudo aquilo que ela conhece, existem mais coisas e que, portanto, a realidade como tal não pode jamais ser um conceito.

Quando dizemos a palavra “universo”, ou “realidade”, algum conteúdo positivo estas palavras nos evoca; sabemos algo da realidade. Porém, não podemos sequer entender o conceito se não sabemos que ele é um conceito aberto, ou seja, que o objeto ao qual este conceito ou este âmbito se refere contém muito mais coisas do que estão contidos nos conceitos. Se você não percebe isso, vai confundir o objeto com o próprio conceito.

A característica principal do objeto chamado realidade, ou mundo, ou universo, é ser ilimitado e, portanto, não caber dentro de nenhum conceito. O que não quer dizer que a coisa seja impensável, ela é pensável justamente como algo que transcende o pensável. Este transcender o pensável é a marca do universo, ou da realidade, ou da totalidade e, por isto mesmo, claro que nós podemos ter um conceito da realidade, mas a exigência número um deste conceito é que ele não seja um conceito fechado e esteja em aberto. Ou seja, este conceito não vai conseguir delimitar o seu objeto por um conjunto de traços positivos, mas ele vai designá-lo justamente pelo seu caráter ilimitado e até extra-pensável.

Isto é a marca de todo pensamento humano normal. E não depende de culturas porque, por exemplo, esta mesma atitude de compreender essa limitação de conceitos nós encontramos em Confúcio, Lao-Tsé, Shankaracharya, em tudo quanto é lugar. Encontramos até na Rússia, no Soloviov, no Berdiaev. É realmente universal até no sentido quantitativo, ou seja, não há nenhuma cultura onde o isso seja desconhecido, não há nenhuma cultura na qual se acredita que a realidade, ou o mundo, ou o universo, está inteiramente contido naquilo que nós pensamos. Nunca ninguém foi idiota o suficiente para admitir uma coisa dessas.

É claro que, depois da confusão moderna criada pelo advento do relativismo antropológico e de todos os seus filhotes, é normal que uma coisa tão óbvia quanto a que estou dizendo apareça confusa, ou nublada, ou difícil de apreender. É o que acontece exatamente neste trecho:

“Diferentes culturas não sabem o que “a realidade” significa. É um conceito, nada mais. Um conceito entre tantos outros. Portanto, sua imposição como algo universal e ostensivo é um tipo de “racismo” intelectual.”

O professor Duguin está dizendo é que nenhum ser humano pode perceber nada além daquilo que a sua cultura percebe. Ora, a própria possibilidade de comparação entre culturas pressupõe a existência de um critério que as transcenda. Se só é possível julgar uma cultura ou enxergar uma cultura através dos parâmetros dela mesmo ou de outra em particular, então só é possível um confronto ou competição de culturas, mas não a sua comparação.

Na comparação, você coloca várias culturas, pega os traços e diferenças comuns e mapeia tudo. Não é possível fazê-lo desde o ponto de vista de nenhuma cultura em particular tomada na sua especificidade. Claro que se pode fazê-lo desde uma cultura em particular, mas tomando-a pelos seus aspectos universais. Mais ainda: se a cultura é o extremo limite da compreensão humana e se não há universalidade, isto significa que nenhuma cultura contém conhecimentos ou valores universais e, portanto, nenhuma delas vale absolutamente nada.

O professor Duguin confunde aqui o que é a cultura com o que são os objetos que essa cultura conhece. Exemplo: a cultura esquimó tem uma série de conhecimentos, idéias e crenças a respeito de ursos. Para se saber o que é um urso, eu não dependo da cultura esquimó, eu vejo um urso com os meus próprios olhos e um terceiro sujeito que vem de outra cultura também vê o animal com os próprios olhos. Claro que podemos diferir nas nossas crenças ou idéias sobre o urso, mas se não há um objeto chamado urso, estamos falando do quê?

O objeto “urso” é um produto cultural? É um produto da cultura esquimó ou um produto da minha cultura? Pergunte isto ao urso. É evidente que existe um objeto que transcende todas as concepções que todas as culturas têm sobre ele, e posa soberano em todas elas e diz exatamente como Sócrates: “Eu estou aqui, eu sou o que eu sou, e pensem vocês de mim o que quiserem, eu continuo sendo um urso”. Se não houvesse esse objeto chamado urso, nós não teríamos do que divergir, meu Deus do céu! Na hora em que olho um urso, eu vejo um urso e o outro poderia ver um passarinho. É claro que a divergência que as diferentes culturas têm sobre diferentes objetos pressupõe a unidade desses

objetos e pressupõe que a realidade deles transcende a esfera da cultura, senão não poderíamos ter opções diferentes sobre um mesmo objeto porque não seria o mesmo objeto. Isto tornaria absolutamente impossível qualquer veleidade de comparação entre culturas.

Se não existe, por um lado, nenhum objeto independente da mente, portanto, independente das concepções culturais e, por outro lado, também não existe nenhum critério universal de comparação, então decorre o seguinte: só existe cada cultura isoladamente e a sua comparação com as vizinhas é absolutamente impossível, porque ou ela fala desde o seu ponto de vista, ou então é preciso adotar o outro ponto de vista da outra cultura que é incompatível com ela, irreduzível a ela e incomparável com ela.

A frase do professor Duguin é de uma burrice e de uma infantilidade absolutamente imperdoável. É atitude de quem leu uma pequena obra de antropologia, uma porcaria como Margaret Mead ou Ruth Benedict, e se ajoelhou diante daquilo como se fosse a Bíblia: tudo é relativo porque as culturas são diferentes! Quem botou esta idéia em circulação foi, sobretudo, Margaret Mead, que é uma charlatã. Para quem não sabe, leia a história dela, que toda a pesquisa dela em *Coming of Age in Samoa*, tudo aquilo foi inventado.

A relatividade cultural é um fetiche porque toda ela se dá em cima, primeiro, de objetos que existem no mundo exterior que são acessíveis a qualquer indivíduo de qualquer cultura. Se na sua cultura não existe, por exemplo, o urso, isto não quer dizer que, se você for a qualquer lugar que tem urso, o urso vai deixar de comê-lo só por causa disso. O urso certamente não vai falar: “Não existe a palavra urso no seu idioma, então eu não vou morder você, eu não vou atacar, não vou fazer nada”. É pueril, absolutamente pueril.

O que o objeto faz é colocar-se diante das várias testemunhas, e das várias culturas, e dos vários observadores e dizer a todos: “eu sou alguma coisa independentemente do que vocês pensam, porque se não existisse em mim nada além daquilo que vocês pensam e sabem, vocês nada mais poderiam descobrir a meu respeito a não ser aquilo que já soubessem antecipadamente”. Na verdade se tornaria impossível qualquer conhecimento; você está limitado pela cultura e vocabulário que já tem e nada fora disso pode ser descoberto. Eu só teria o conhecimento do que já tenho e do que já está depositado na minha cultura. Mas restaria a pergunta: quem foi que colocou esses conhecimentos lá? Ninguém pode ter colocado nada, porque cada um já estava limitado pela sua cultura e não podia acrescentar nada para além disto.

Continua Duguin:

“Antes de falar em “realidade” precisamos estudar cuidadosamente uma determinada cultura, civilização, “ethnos” e linguagem. A regra de Sapir-Whorf, a tradição da antropologia cultural de Franz Boas - ele não sabe nem escrever Boas, escreve Boas com “z” - e a antropologia estrutural de Claude Lévi-Strauss nos ensinam a ser muito cuidadosos com palavras que têm um significado completo e evidente somente num contexto concreto.”

Eu digo, sim, nós devemos comparar todos os contextos concretos e todas as diferenças entre civilizações, e ter uma idéia de suas divergências e até de seus pontos dificilmente comunicáveis. Mas, se um determinado ponto é incomunicável entre duas culturas, ele não pode ser incomunicável para mim que estou observando as duas e falando a respeito de sua incomunicabilidade. Eu não posso saber se algo é incomunicável entre duas culturas ou pessoas, se não é comunicável a mim.

Se duas pessoas estão discutindo e cada uma está falando uma coisa – fechada no seu ponto de vista, só aquele ponto, o outro só enxerga o próprio ponto de vista - e você vê e percebe a situação, a percebe por quê? Porque você não está limitado nem ao ponto de vista de um e nem ao ponto de

vista do outro, senão não poderia perceber que há um problema. Do mesmo modo entre as culturas. Se o observador científico não consegue apreender nada que está indo para além do horizonte das duas culturas que ele está comparando, então ele não pode compará-las. Então esta absolutização do relativismo cultural, que é proposta aqui, é uma coisa que se auto-eletrocuta.

Mais ainda: proclamar que a pretensão de universalidade é racismo supõe que o único ponto de vista legítimo seja o das culturas em particular. Ou seja, nenhuma área cultural pode jamais ser transcendida: ela é um todo fechado ao lado da qual só tem outra cultura que é incomunicável com ela e que nenhum observador pode observar as duas juntas. Resultado: o ponto de vista etnocêntrico se torna automaticamente o único legítimo. Como se o sujeito dissesse: “Eu tenho aqui a minha cultura, a minha cultura é o horizonte máximo das minhas concepções, não posso compreender nada além dela e, portanto, a sua cultura é que se dane”.

Muito tempo atrás ouvi uma conferencia de uma professora francesa chamada Nicole Loraux — lembrada em *O Jardim das Aflições* —, e ela lembrou uma coisa que francamente eu nunca tinha percebido, mas que é o óbvio dos óbvios. Ela dizia que o teatro grego, com muita frequência, tomava como herói um estrangeiro justamente para lembrar à platéia que havia leis divinas superiores às leis da coletividade, as leis da cidade. E este é um dos temas mais freqüentes do teatro grego, com efeito, como em *Antígona*, onde o líder não quer enterrar os irmãos dela porque foram mortos numa batalha a serviço de outra cidade. Ela lembra então ao cidadão que existem as leis não-escritas, as leis transcendentais, as leis supremas que se superpõe às leis de cada comunidade em particular.

Perceber esta dimensão de universalidade para além dos limites da sua própria cultura é uma condição para a existência da própria cultura, senão ela não poderia jamais saber seus limites. O que seria dos viajantes, os indivíduos que se deslocam de uma cultura para outra cultura? Eles teriam a obrigação de não compreender nada da cultura que eles estão visitando, porque estariam eternamente fechados na sua cultura. Ou seja, o comparativismo entre culturas afirma resolutamente a necessidade de um ponto de vista universal que transcende a todas as culturas que estão abrangidas no estudo, e até as outras culturas.

E a possibilidade de transcender a sua própria cultura é uma exigência *sine qua non* do ser humano. Por quê? Cultura é o conjunto de influências que você recebe do meio, mas de onde você as colhe? Você começa por receber as influências da sua casa, da sua mãe, do seu pai, etc. esta é sua cultura no momento. Depois, na escola, recebe outras informações que transcendem, às vezes diluem, a primeira e assim por diante. Quando você é um membro adulto da sua cultura, você pode se abrir para a influência de qualquer cultura que deseje, inclusive culturas extintas, que se desenvolveram do outro lado do mundo.

Se observarmos a vida de São Tomás de Aquino, percebe-se a influência do meio, da educação; ele incorporou valores e sentimentos que eram comuns em seu meio. Algumas dessas coisas tiveram mais influência nele do que as obras de Aristóteles, produzidas numa cultura estrangeira e extinta? A mente de São Tomás de Aquino foi feita por duas coisas: a Igreja e Aristóteles. Nem a Igreja se originou na sua cultura original italiana, nem as obras de Aristóteles se originaram ali. Eram duas influências estrangeiras. Vejam por exemplo a vida do meu amigo Ahmed Youssif El-Tassa, um brasileiro nascido no Paraná, de família árabe, está há vinte anos na China. Tornou-se autor de um dicionário chinês, escreveu uma tese sobre a história da ciência chinesa que é uma verdadeira obra-prima. O que sobrou da cultura paranaense para ele? Nada. O homem assimilou tudo aquilo. Ele compreende a cultura chinesa muito melhor que a cultura paranaense. Isso seria possível se ele — enquanto indivíduo humano portador de uma inteligência — não fosse capaz de transcender a duas culturas? Sim, porque ele também faz a crítica da cultura chinesa, desde aquilo que ele sabe sobre o islã, sobre o cristianismo, filosofia antiga etc.

Qual o argumento máximo que podemos ter contra o racismo? É o de que a dignidade humana transcende as limitações étnicas e raciais. Se não existissem valores universais no ser humano qual seria o problema com o racismo? Cada membro de uma raça, cultura ou etnia seria obrigado a ter preconceito contra o vizinho. A regra do teatro de grego de colocar um estrangeiro como um herói da história simplesmente não poderia existir. Os heróis teriam que ser sempre nós mesmos e o estrangeiro, o bandido, o inimigo, o incompreensível, a ameaça, o mistério. A definição que o professor Duguin dá de “racismo” é exatamente o contrário. Ele acha que não existe nenhuma idéia, nenhum conhecimento de validade universal que transcende as culturas. Digamos: a que cultura pertence isso que ele está dizendo? Vejam o que ele fez aqui: ele misturou dados de filosofia medieval, desenvolvidos na Itália e na França principalmente, uma antropologia desenvolvida predominantemente nos Estados Unidos por Sapir-Whorf e o estruturalismo moderno francês. Ele não estava em nenhum desses lugares, ele estava na Rússia. Como é que ele fez isso se as culturas não podem ser transcendidas? Como ele absorveu tantos elementos estranhos e continua dizendo “estou profundamente arraigado na cultura russa”? Onde está na cultura russa essa antropologia relativista dos americanos, a filosofia escolástica franco-americana, essa antropologia estrutural da Claude-Levi Strauss? Isso não faz parte da cultura russa de maneira alguma. No entanto, é esta arma que ele está brandindo contra o meu argumento, que ele chama até de estúpido. Mas ele não faz o menor esforço para mostrar porque seria estúpido. O adjetivo “estúpido” vale por si. Chamado de estúpido tornou-se estúpido na mesma hora. E ele faz isso com a atitude: “Ora, todo mundo sabe que isso é estúpido, é universalmente reconhecido que isso é estúpido”. Só que onde está a afirmação de estupidez universal disso? Se a idéia de conhecimento universal válido é por si mesma conhecida e reconhecida então é evidente que proclamação de inexistência de conhecimentos universalmente válidos não pode ser também universalmente reconhecida. Ele está afirmando como universalmente reconhecida uma coisa que ninguém nunca reconheceu, somente uma meia-dúzia. O que é a “erística”? A retórica falsa de demagogos e charlatões. Erística é a argumentação que parte afirmações que são dadas como universalmente reconhecidas quando não o são. É exatamente o que o Duguin está fazendo aqui. “Todo mundo sabe que é uma estupidez”. Todo mundo quem? De quem você está falando?

Mesmo os antropólogos relativistas, nos seus melhores momentos, sabem que o relativismo é atitude metodológica, não uma afirmação sobre a realidade, a sociedade - o objetivo que eles estão estudando. Se você diz “temos que estudar as várias culturas sem projetar sobre elas julgamento de valor”. É muito certo como atitude metodológica. Outra coisa é você dizer que não há diferença de valores entre as culturas. A primeira é uma afirmação metodológica, que não se refere ao conteúdo do estudo e sim apenas á atitude com que o estudioso vai enfocá-lo. A segunda é uma afirmação substantiva sobre a realidade dos objetos que estão sendo estudados. Com certa frequência, o relativismo metodológico se transforma num relativismo substancial, sub-repticiamente. O sujeito afirma que por não ter focado diferença de valor, essa diferença não existe. Ou o relativismo vale como proposta metodológica ou vale como afirmação substantiva, ontologicamente válida. Ao mesmo tempo, ele jamais pode fazê-lo. Se você se abstém de focar certo aspecto e a sua proposta é abster-se de estudar um determinado aspecto das coisas, então evidentemente, a sua ciência nada pode dizer sobre esse aspecto das coisas.

Se eu não estudo diferença de valor, não posso que elas não existem. Para dizer que elas não existem, eu preciso ter investigado. Uma boa parte da antropologia, da chama ciência antropológica – uma horrorosa pseudociência durante muitos anos – começa com a exclusão de um objeto e termina se autodenominando capacitada para estudar um objeto exatamente pelo fato de que não o estudou. É claro que isso é burrice grande. Qualquer pessoa que cite como autoridades Benjamin Whorf ou Edward Sepir é um cretino. Nenhum desses dois tem autoridade nenhuma e toda a antropologia que se produziu naquela época, entre os anos 20 e 50, não têm valor nenhum, pois está infectada deste pequeno problema, que é opinar sobre aquilo que foi inicialmente excluído do

campo de estudos. Esse pessoal cometeu erros tão monstruosos que, para não reparar neles, é preciso estar enfeitiçado e acreditar que se trata de grandes autoridades. Whorf é o sujeito que inventou a história que você não pensar nada que não exista na sua língua. O vocabulário da língua predetermina a sua concepção do mundo. Isso é de uma grande estupidez, pois tornaria impossível aprender qualquer língua. Você está aprendendo uma língua estrangeira; só pode aprendê-la através da sua própria língua. Você só pode aprender a dizer nela o que você já dizia na sua própria língua. E tudo aquilo que ela tem de específico lhe escaparia inevitavelmente. Se não existe, entre o significado da palavra na minha língua e na língua estrangeira, um mediador que é o objeto físico ou objeto externo a ser referido, o aprendizado da linguagem seria impossível.

O que é o “significado” da palavra? No dicionário, é outra palavra. Mas suponha que você vá ao supermercado e peça uma salsicha. E o sujeito lhe dá uma palavra que significa salsicha. Está satisfeito?

Se além de conhecer o significado da palavra na sua própria língua, o sujeito não sabe a que objeto ela se refere, ele não teria como simplesmente transcender sua língua e aprender outra jamais. Ferdinand de Saussure dizia que o significado de uma palavra é a diferença entre ela e todas as outras.

Preste atenção: se você decide circunscrever seu objeto de estudos ao sistema de uma determinada língua e mais nada, então obviamente a língua se compõe somente de palavras, regras de sua combinação e mais nada. Dentro de uma língua não existem salsichas, não existe feijão, não existe arroz, não existe casa, não existe gente, não existe nada, só existem as palavras. Se você decide encarar a língua somente como um sistema fechado de palavras é claro que o significado de uma palavra é outra palavra, e outra ou outras palavras, sem nenhuma referência a coisas. É preciso fazer a abstração, em primeiro lugar, do fato que uma palavra é também uma “coisa”. Ela é um signo, um rabisco ou um som. Um som é uma palavra do dicionário? Não é. As características e propriedade da língua não estão num dicionário, não são dicionarizáveis. A menos que façam um dicionário gravado, um dicionário oral. Mas a oralidade da língua não faz parte do sistema da língua. Este se compõe somente de regras abstratas, de significações convencionais e mais nada. Só que uma língua assim não existe! Não existe nenhuma língua que se resume somente a seu sistema de regras e à sua coleção de palavras. A língua se compõe também de uma série de coisas que não são palavras.

Se um sujeito, na rua, lhe dá um soco, você tem a palavra “soco”, em inglês “punch”, o correspondente em russo e assim por diante. Se tudo o que a língua pode fazer é referir-se a outras palavras, no instante em que você prestasse queixa ao delegado não haveria nenhuma referência a um ato real cometido no espaço e no tempo por uma pessoa fisicamente existente. Não haveria do que se queixar. Você chegaria à delegacia, todo estropiado, e diria: “seu delegado, um sujeito meu deu um soco”. E a autoridade pega a definição da palavra “soco” - e essa definição se compõe de palavras e essas, por sua vez, tem como significado outras palavras – sem que fosse possível chegar ao objeto concreto do boletim de ocorrência.

No início da Lingüística, ela fazia inicialmente a abstração de todo mundo exterior. E considerava a língua só um sistema. E os lingüistas cometiam o mesmo pecado original dos antropólogos: excluir algo de seu campo e terminar por concluir que esse campo não existe. Mas como é possível dizer que algo não existe sem estudá-lo, obedecendo à sua primeira regra que é não estudá-lo? Pensemos na Física mais requintada. A ciência física pode provar a existência de um único professor de Física? Não, ela não tem critérios. Qual é o correspondente físico da definição profissional de um sujeito? A que corresponde na ciência física um diploma de Física? Ou uma profissão de físico? Não corresponde a nada, isso não é um conceito físico. É um conceito legal, sociológico etc. não é apreensível pela Física. Significa que esta ciência pode dizer tudo a respeito do objeto que está

dentro da sua delimitação. E quanto àquilo que está fora, ela dá por pressuposto. Ou se abstém de dizer algo a respeito.

Por exemplo: eu não acredito que algum físico, partindo dos dados da sua ciência, tenha algum dia sido capaz de prever crises econômicas. Ou de diagnosticar o estado de saúde de uma pessoa. São aspectos que estão fora do seu ambiente metodológico. Uma ciência é uma delimitação abstrata de um campo fenomênico que possa ser estudada de acordo com alguns métodos mais ou menos pré-escolhidos. A Ciência é isso e nada mais. É uma estabilização de um determinado campo cognitivo, recortado segundo a pergunta inicial que definiu essa ciência. Pergunta da qual decorrem seus métodos. O que queremos saber? Por exemplo: o sujeito que criou a ciência da Geografia. Ou da Sociologia, criada por Emile Durkheim, que procura definir os fatos sociais. Tudo o que ele pode fazer daí pra diante é desenvolver investigações baseadas nessa pergunta inicial e nessa delimitação do campo. Se a Lingüística toma a língua como um sistema apenas e não como uma realidade na interação viva entre pessoas, que além da língua, têm uma infinidade de outros instrumentos de comunicação: gestos, olhares, pressões, atos. Se você estiver na casa de alguém e não disser uma palavra, mas agredi-lo a socos será uma atitude incompreensível porque está fora do âmbito da Lingüística? Como podemos estudar o fenômeno lingüisticamente? Simplesmente não podemos. Podemos dizer que não aconteceu? Depois de tudo o que sabemos hoje sobre comunicação não verbal? O estudo da comunicação não verbal progrediu mais rapidamente até do que toda a antropologia. E nos deu conhecimentos muito mais sólidos do que a antropologia jamais nos deu. Milton Erickson, o fundador da Programação Neuro-Lingüística, nos ensinou mais coisas que esses antropólogos juntos.

Confiar na incomunicabilidade das culturas ou na inexistência de conceitos para os quais você não tem palavra, depois do que se sabe sobre comunicação não verbal, é tão pueril que o jeito é mandar o sujeito ir para casa. O que ele estudou de mais recente foi Claude Levi-Strauss, Franz Boaz (v), Edward Sepir, Benjamin Whorf? O que ele está fazendo é “dropping names”. Ele está supondo que essas afirmações de Whorf ou Lévi-Strauss estão arqui-demonstrado, universalmente aceito e nada mais se sabe depois disso. Isso sim já foi impugnado várias vezes, ou pelo menos relativizado. As autoridades que ele está mencionando aqui não têm autoridade nenhuma. Na verdade, ao longo de toda minha obra filosófica e pedagógica, que só aqui já tem mais de cem aulas, quantas vezes eu citei um autor como forma de autoridade, para legitimar algo que eu estava dizendo? Como se eu tivesse dito: “isto aqui é verdade porque fulano disse”. Quantas vezes eu utilizei o método “dropping names”, apelando à autoridade de fulano ou fulano, sem explicar o que eles disseram, analisando criticamente, para demonstrar se o argumento é verdadeiro ou falso? Eu nunca fiz isso.

Numa mensagem de cinco páginas, o Duguin faz isso vinte vezes. O peso que o argumento de autoridade tem hoje é impressionante. Nunca esperei que isso viesse a acontecer porque eu fui educado anos 60 - e naquela época todo mundo era rebelde com alguma coisa – e não havia autoridades, nós até abusamos disso. Eu achava que nunca mais o argumento de autoridade iria parecer, santa ingenuidade! Eu pensei: “daqui por diante, com os progressos da Ciência, ninguém mais vai apelar para argumentos de autoridade, todo mundo vai racionar e tentar demonstrar tudo. Acreditei nisso. Hoje vejo que o argumento de autoridade voltou com uma força monstruosa, como nunca teve na história da Igreja. O argumento de autoridade na Igreja vale para determinados pontos. Exemplo: os pontos que são considerados dogmas, afirmação que estão ali para serem cridas, embora não possam ser provadas. A idéia de que Jesus Cristo é o filho de Deus e veio ao mundo para nos salvar é objeto de fé. Já a existência ou inexistência de Deus é pra ser debatida e não crida. Os próprios milagres de Nosso Senhor Jesus Cristo existem para serem discutidos e provados historicamente. Qualquer milagre que aconteça. Quando o padre Pio faz uma menina sem pupila enxergar. É pra acreditar? É uma afirmação de fé? Claro que não. É preciso saber se a menina está enxergando mesmo. Todos os milagres, praticados por todos os santos, não são objetos de fé. Da doutrina católica em particular só é objeto de fé um pequeno número de afirmações. Um

exemplo é a existência da salvação. Não há como prová-la pois não aconteceu ainda. Então é objeto de fé e esperança. Mesmo assim há indícios racionais que fundamentam essa esperança. Assim como há outros indícios que a desmentem. Mas isso pode ser objeto de discussão, só que essa será inconclusiva. O que faz a Igreja: propõe um dogma, que encerra a discussão naquele ponto. A pessoa pode discutir até aquele ponto, se você discordar está fora da Igreja. A quase totalidade da doutrina não é constituída de artigos de fé, mas de afirmações que podem e devem ser testadas. Atualmente, porém, quase tudo é argumento de autoridade. Benjamin Whorf disse que nada podemos saber fora da nossa língua. E eu pergunto: em que língua Benjamin Whorf disse isso? Não foi na minha, então não tenho como ficar sabendo. Whorf é o sujeito que leva a paralaxe cognitiva ao extremo. Eu poderia dizer a ele: “se o seu livro foi publicado, é uma prova que a sua teoria é falsa”. Assim como o pessoal que defende as lógicas “paraconsistentes”, em que o objeto é e não é ele ao mesmo tempo. Ao que eu questiono: “a sua lógica paraconsistente é ou não é uma lógica para consistente? Se o sujeito responder “é”, então você está se baseando no princípio de identidade e não na contradição. A existência da sua lógica prova que a lógica paraconsistente é apenas um desenvolvimento que você fez dentro da lógica de identidade. É claro que eu posso raciocinar a partir de uma contradição, mas eu faço isso baseado no princípio de identidade. Quando eu digo que um objeto é “A” e “não-A” ao mesmo tempo e continuo raciocinando: “o não-A” é realmente o não-A? Ou ele é o “não-não-A”? E o não-B? É realmente o não-B? Resumindo: a lógica paraconsistente tem que utilizar a lógica de identidade porque ela é fundada nela. O relativismo cultural é baseado no pressuposto que existem realidades universais que transcendem todas as culturas. E no de que existe uma realidade de onde nós obtemos os dados da experiência, que transcendem todas as culturas. Ou seja: a realidade chamada “urso” não se resume àquilo tal e qual pensaram a cultura esquimó ou a cultura russa sobre o urso. Eles podem ter escrito enciclopédias inteiras sobre ursos, mas o urso não está dentro de nenhuma dessas enciclopédias, ele é apenas mencionado. Só faltava você receber a enciclopédia em casa e ganhar de brinde um urso. E também tem a palavra salsicha. Vai ter que vir uma de brinde. E assim por diante, com a “bife”, a palavra “edifício”etc.

Como se vê, é uma confusão elementar em dois níveis, (a) entre o pensamento e o objeto pensado e (b) entre o objeto pensado e o objeto apreendido na experiência. Eu leio muitos livros de caçadas. A todo o momento vemos o caçador experiente - há 40 anos fazendo aquilo – ser surpreendido pelo bicho, que sabia uma coisa que ele não sabia. Para além de concepção cultural que o sujeito tinha do bicho, havia algo que estava no bicho e não na cabeça do homem. Saber que os objetos transcendem aquilo que pensamos sobre eles, é a regra número um da sanidade mental. Assomado também o é saber que qualquer objeto, por mais simples que seja, transcende aquilo que todas as culturas disseram dele. Tudo o que você sabe sobre um tatu-bola não é um tatu-bola, não produz um tatu-bola. Ou, se pensarmos em tudo o que a humanidade sabe sobre o gato, podemos cobrar: “façam um”. Digamos que se queira fazer um gato por meios genéticos. De onde você colherá os materiais para fazer o gato? Você colheu material genético ou o inventou? Ele não saiu do seu pensamento. Mesmo a possibilidade de se criar seres está baseada na existência de outros seres de onde você pode tirar o material para fazer aquele. Pensar uma coisa e criá-la em seguida é um atributo divino. Começa assim o Gênesis: “Faça-se a luz” e a luz apareceu. A luz é um produto físico do pensamento de Deus. Nenhum de nós tem essa capacidade. Junte toda a comunidade dos esquimós que existiram, existem e ainda vão existir. Se eles juntarem todo esse conhecimento e tentarem fazer um urso, ele não aparecerá. A característica eminente daquilo que se chama “coisa” é não poder ser produzido pela força do pensamento. É se impor ao pensamento. Não há cultura que não saiba que o universo sempre transcende aquilo que se sabe dele. Nenhuma foi tão estúpida a ponto de acreditar que só existe aquilo que ela já sabe. É um pressuposto desse raciocínio.

Essa idéia da onipotência da cultura é a forma clássica da falsidade, como se demonstra no próprio julgamento de Sócrates. O falatório todo e aqueles valores consolidados não foram suficientes para dar conta da realidade do indivíduo Sócrates. Não são capazes de produzir Sócrates nem de sê-lo,

mas são capazes de matá-lo. Matar um sujeito faz com que ele deixe de existir. Sim, mas só dali em diante. Não há como abolir a existência anterior dele. Digamos que se apaguem todos os indícios de que ele existiu. Ele permanece na memória das pessoas. E existem os objetos físicos que ele tocou e alterou em sua passagem pelo mundo. No caso de Sócrates, existem, os soldados do exército inimigo que ele matou. Eles continuam mortos. Se abolirmos a existência de Sócrates, eles voltariam à vida como se ele jamais os tivesse matado. É impossível uma cultura produzir ou até mesmo suprimir um indivíduo.

Este modo de pensamento do professor Duguin - de que a cultura russo-chinesa tem um diferente entendimento do que seja realidade, fatos, natureza, objeto. De fato, é correto que existam muitas teorias para explicar o que sejam os fatos. Porém, onde vive a cultura chinesa? Num planeta ou universo que ela mesma inventou? E esse planeta é o mesmo onde nós vivemos? Se fosse outro planeta, como teríamos conhecimento da cultura chinesa. Se você tomar cada cultura como sistema fechado - como Ferdinand de Saussure fez com a língua – por definição você Jam determinou que só será objeto do seu estudo aquilo que está dentro das concepções daquela cultura e mais nada. Tudo o que está fora, incluindo o universo inteiro dentro do qual essa cultura começou a existir, é abolido. Para que aquela cultura exista como sistema e para que a cultura como sistema predomine sobre todas as demais realidades é absolutamente necessário que essa cultura nunca tenha existido. Esse tipo de concepção já é um tipo de psicose, um conceito que se eletrocuta na mesma hora em que o sujeito o enuncia.

Esse fenômeno já estava muito claro na época do julgamento de Sócrates. As pessoas que ficaram ofendidas com ele formaram uma rede mentiras de mentiras que nada tinha a ver com o Sócrates fez ou fez ou ensinou. Para que isso fosse possível era necessário que essas pessoas e Sócrates estivessem num mesmo lugar. Esse lugar não foi criado por nenhuma delas. A própria existência física da sociedade não é uma instituição social. É preciso entender que a sociedade existe num meio que não é uma sociedade. É um planeta, é uma terra, um território. Nada disso foi criado por ela. Se não teríamos primeiro uma cultura e embaixo dela surgiria miraculosamente um planeta. E como esse planeta se povoa com outras culturas? Como é que a primeira cultura vai inventá-las? Realmente estamos aqui discutindo com um louco. Muitos pensam assim como ele. E qual a causa? É a instituição universidade, onde o sujeito fica quatro anos e “sai” filósofo. Eu prometi que algum de vocês se tornaria filósofo depois de estudar cinco anos comigo? Não. Você é filósofo se absorver as grandes questões filosóficas, absorver o valor da Filosofia, o modo de vida filosófico e continuar praticando essas atividades. E mostrar que é capaz. Aí você será um filósofo. Ninguém pode lhe dar um diploma de filósofo. O diploma é apenas o reconhecimento de uma capacidade para ser alguma coisa. Se um diploma o torna-se médico ou advogado você jamais poderia deixar de sê-lo. Você jamais poderia perder o registro profissional. Se você perde, é porque provou que não estava capacitado para exercer aquilo que a própria autoridade atestou que você estava apto a exercer. Mas a condição de filósofo de um Sócrates pode ser retirada? Não, porque ela era a própria pessoal real dele. É um simples dado objetivo que você tem que aceitar. E é esta idéia de que existe uma pessoa efetiva, real, objetiva, que é independente das opiniões que todos têm em volta, que Sócrates estava provando em seu julgamento. Ainda que todos dissessem o contrário, pouco importava. Eu sei o que eu fiz. E o que eu fiz está feito e o que eu sou, sou. Sócrates é capaz de ser assim porque ele confronta sua personalidade não com a opinião de alguns - ou da sociedade inteira - mas com a morte. É perante a morte e a vida eterna que Sócrates é o que é e não perante a sociedade. E voltamos àquele famoso tema do Mallarmé *“tel qu’em Lui-même enfin l’ternité le change.”*

Na perspectiva da eternidade você se torna aquilo que intrinsecamente é que nunca foi outra coisa. Na opinião volúvel da sociedade, porém, você pode ser uma coisa ou outra. Hoje estava lendo um verso de Robert Browne. Não me lembro a citação em inglês, mas a idéia é: “aquele que sabe, aquele que faz, e aquele que é: três almas num só homem”. Além daquilo que você sabe e que você faz há aquilo que você é. Àquilo que você é se acrescenta aquilo que você sabe e aquilo o que você

faz. Quantas pessoas existem aí? Apenas uma. A idéia de um ser permanente do indivíduo, de um ser que tenha uma consistência ontológica, só aparece realmente no plano da eternidade. No plano temporal tudo pode poder. O que você é hoje pode deixar de ser amanhã. Isso mudou apenas a sua natureza, ou mudou a sua conduta? A sua natureza – aquilo que você é – só pode aparecer quando confrontada no plano da eternidade. Se você não tem idéia da eternidade, se a cultura e a sociedade humana são tudo para você, então não há eternidade, não há verdades universais. Curiosamente o indivíduo que faz essa profissão de fé relativista e culturalista é o mesmo que diz em outro lugar que é cristão ortodoxo e que é o apóstolo do Absoluto contra o relativismo ocidental! Duguin é um charlatão como poucas vezes se viu. Para competir com isso só Barack Obama. Ontem eu estava lendo a notícia – até então eu não sabia – de que, quando pesquisaram o primeiro movimento do tipo *birther* que existiu descobriu-se que era contrário a John McCain. Diziam que ele tinha nascido no Panamá, portanto não era cidadão americano. E ele teve que providenciar seus documentos originais e sua certidão de nascimento não para provar que nasceu no Panamá, mas numa base americana no Panamá, que é território americano. A comissão que examinou essa questão fez uma declaração conjunta do Congresso dizendo que, para ser elegível como presidente dos Estados Unidos é preciso ser um cidadão nativo. E definia “cidadão nativo” como aquele que nasceu em território americano, de pais americanos. E entre os signatários dessa carta está Barack Obama. Conclusão: a condição pela qual ele julgou o outro não pode ser aplicada a ele! É considerado racismo usar para Obama o mesmo critério de seleção que ele aplicou a seu adversário John McCain! E que é aplicado não num discurso, mas numa decisão oficial do Congresso americano.

A descrição que o congresso americano, com apoio de Barack Obama, fez da expressão “cidadão nativo” não se aplica ao próprio Barack Obama. É mais ou menos ou mesmo modo de raciocínio do professor Duguin: a sua existência desmente as suas idéias. Se as suas idéias são verdadeiras, você não existe. Se você existe, o que você está dizendo é mentira. Porque se existe esse relativismo todo, que absoluto é esse que você alega defender? Esse relativismo é a fina flor da moderna cultura liberal ocidental. É o último rebento. E é a isso que o defensor do absoluto vai se apegar? É a mesma atitude dos julgadores de Sócrates, que o julgavam em nome da religião da cidade. Religião que se auto-impugnava com essa atitude, porque se a suprema autoridade é o falatório oficial então não há deus acima da sociedade! E se não há deuses acima da sociedade não há religião. Como é que você pode acusar alguém de não acreditar num deus no qual você mesmo não acredita? E este é um dos argumentos de Sócrates: “vocês não acreditam em nada disso, então do que estão me acusando de não acreditar?” E daí ele mostra que é exatamente o inverso, o único que acredita é ele. Porque - segundo Sócrates – se você acredita nos deuses e na existência do *hades*, da vida após a morte etc. você não pode ter medo da morte. Se você tem medo da morte é porque você não acredita em nada do que está sendo falado agora. Você não tem a perspectiva da transcendência. Sem ela parece o seguinte problema: você não sabe o que é a morte e eu também não sei. Mas você está agindo como se soubesse, pois está com medo dela. E como você sabe que ela é uma coisa temível ou agradável? Como você sabe que ela é um malefício e não um benefício? Eu não sei, você também não sabe. Porém, a existência dos deuses nos dá uma esperança de que algo seja melhor. Então é muito mais razoável você estar tranqüilo e contente perante a morte do que estar aterrorizado. Então não faz sentido nenhum você condenar uma pessoa à morte porque na verdade você está fazendo um benefício para o condenado. Todo esse argumento se funda na existência de um mundo para além da sociedade e da cultura.

[INTERVALO]

Aluno: Após a rememoração do Mito da Caverna, voltei à República, livro sétimo, para reler o texto à luz da abordagem apresentada na aula. É impressionante como a presença de uma determinada pergunta extrai do texto uma resposta que ainda não havia sido percebida em uma primeira leitura, contudo, percebi que, quando termina de descrever o mito, Sócrates o interpreta dizendo o seguinte a Glauco: “Agora meu caro Glauco, cumpre aplicar ponto por ponto esta

imagem ao que dissemos mais acima, comparar o mundo que a vista nos revela, a morada da prisão e a luz do fogo que a ilumina ao poder do Sol. No que se refere à subida à região superior e à contemplação de seus objetos, se a considerares como a ascensão da alma a um lugar inteligível não te enganarás sobre o meu pensamento, posto que também deseja conhecê-lo”. Parece assim que o próprio Platão entendia o mito como uma subida das coisas sensíveis para as inteligíveis. Como conciliar essa visão de Platão com a interpretação dada na última aula?

Olavo: Não neguei que Platão propusesse essa subida das coisas sensíveis às inteligíveis, disse apenas que isso não deveria ser tomado como uma tese doutrinal acabada de vez que ela é contrabalanceada pelo apelo ao testemunho, no caso do processo de Sócrates, e pela própria imagem da caverna onde, se a percepção sensível não tivesse seu próprio valor eminente, ela não poderia servir de símbolo da ascensão a realidades inteligíveis, ao contrário, a ascensão teria de ser feita na base da negação das coisas sensíveis. Mas note bem que, abaixo do mundo sensível existe o mundo do falatório, o mundo da cultura, então você tem não uma subida, mas duas, você tem de subir desde a ilusão coletiva, social, até as coisas do mundo real e destas ao mundo inteligível; esta primeira subida é geralmente ignorada nas interpretações, ou ao menos nas escolares, de Platão. O que vejo é que existe uma subida e uma descida. Classicamente se diz que quem operou a descida foi Aristóteles ao revalorizar as coisas sensíveis, mas elas já estão valorizadas na própria linguagem do Mito da Caverna de modo que o que Aristóteles fez não foi nada mais do que desenvolver algo que já estava dentro da escola platônica e, por isso mesmo, ele se considerou um platônico até o fim da vida. Esta oposição entre Platão e Aristóteles não existe, o que existe é a dialética que é normal dentro da escola, cada um vê as coisas de um modo e esses trajetos inversos de algum modo se complementam.

Não nego que haja subida do sensível para o inteligível, aliás, ainda dentro do próprio aristotelismo existe a subida: quando você capta o ente sensível e dele você “extrai” a forma inteligível, é exatamente isso que você está operando, sem a dimensão mítica que Platão dá a coisa; mas a diferença que existe nesse ponto é mais uma diferença de linguagem mito-poético para uma mais científica em Aristóteles; não há uma diferença tão substantiva assim. Afinal de contas, quando Aristóteles diz que as formas inteligíveis estão nas coisas sensíveis, ele não quer dizer que a coisa sensível seja algo que transcende a forma inteligível, a forma inteligível é simplesmente a coisa considerada em outro plano, evidentemente superior do ponto de vista cognitivo. Então você tem a mesma subida, assim como em Platão, a subida e a descida. Essas coisas nunca podem ser expressas com fórmulas doutrinárias definitivas, isso é impossível. Em uma aula anterior, vimos que a forma da verdade como uma série de teses é uma coisa impossível porque essas teses só existem na mente humana. Como a verdade enquanto tal poderia estar na mente humana? Como poderia ser um conteúdo da nossa mente se isso implicaria retirá-la da própria realidade da experiência onde ela se apresenta? Se a verdade de uma coisa está apenas na minha mente e não na própria coisa, então a coisa é falsa e foi a minha mente que projetou sobre ela a verdade; é a mesma coisa que dizer que o universo inteiro é apenas uma ilusão e o nosso pensamento é que é a realidade última. Não faz sentido.

Aluno: o Núcleo de Estudos Estratégicos está organizando um seminário sobre Antônio Gramsci, sua filosofia e influência no Brasil. Começaremos com a apresentação do livro do Gel. Coutinho, Os Cadernos da Liberdade, depois pretendemos apresentar os livros de Gramsci, os seis volumes do Cadernos do Cárcere, Os Intelectuais e a Organização da Cultura etc., ademais, Heitor de Paula aconselhou para uma introdução sobre o tema a estudar seus textos sobre Gramsci, A Nova Era e a Revolução Cultural e O Anti-Gramsci além do breve resumo que ele escreveu no Eixo do Mau Latino-Americano. Quería saber sua avaliação sobre esta idéia.

Olavo: Eu acho que seminários estudando Gramsci deveriam estar havendo o tempo todo, ele é o autor mais influente ainda no Brasil.

Aluno: Queria pedir alguma indicação bibliográfica sobre liderança e articulação política.

Olavo: Vou providenciar isso para você, de improviso não posso te dar, mas em uma das próximas aulas eu te apresento isso ou então coloco no fórum do seminário.

Aluno: na última aula, uma amiga do seminário disse que era professor de sociologia no Rio de Janeiro e o senhor sugeriu a leitura de Nicolas Timasheff. Queria saber se o livro de Gilberto Freyre, Sociologia, pode ser também um referencial para estudar sociologia?

Olavo: com certeza, com certeza. Não é uma apresentação tão enciclopédica como a de Pitirim, porque este praticamente abordava todas as doutrinas sociológicas existentes, e também não é uma abordagem histórica como a do Timashseff, é uma abordagem sistemática resumida, mas muito bem feita. O Gilberto Freyre conhece todos os problemas da sociologia que estão sendo discutidos naquele tempo e se orienta muito bem no meio daquilo.

Aluno: A expressão “de vez que” é correta?

Olavo: É corretíssima, pode continuar usando. Em matéria de linguagem, tudo aquilo que funciona é correto. Funciona, ficou claro, pode continuar usando.

Olavo: Carlos Velasco apresenta uma interessantíssima periodização da história Russa, mas não poderei ler aqui. Eu acho que você está certo e sugiro que coloque isso no fórum do seminário para que outras pessoas discutam. Parece-me que isso está certo em linhas gerais.

Aluno: O senhor não poderia dar um preview da sua investigação a respeito do birth certificate do Obama?

O primeiro detalhe importante é esse que acabei de comentar, o critério de definição de quem é um cidadão nativo americano capacitado para ser candidato à presidência e, portanto, presidente, é cidadão nascido em território americano de pais americanos – no plural, portanto, pai e mãe – e que esta definição foi promulgada oficialmente pelo congresso com a assinatura de Barack Obama, ou seja, não tem “barriga me dói”, ele definitivamente, após a publicação da sua certidão de nascimento, mesmo que ela seja falsa, afirma que é verdadeira, portanto, trata-se do depoimento dele próprio dizendo que o pai dele nasceu no Quênia sendo, na época, súdito britânico e, por isso, não cumpre, evidentemente, as condições que ele próprio aprovou como sendo exigíveis para a prova de elegibilidade.

Em segundo lugar, a própria certidão contém tantas anomalias que a idéia de aceitá-la – eu mesmo num primeiro momento a aceitei como genuína e comecei a raciocinar a partir daquilo e só depois de dois dias é que comecei a reparar certas coisas, por exemplo, algo que ainda não foi destacado, mas que eu observei, é que a assinatura da mãe do Obama tem uma emenda, ela assina Ann Dunham Obama e depois abre uma chave na linha de cima e coloca Stanley. Como é possível que uma pessoa se esquecesse do seu primeiro nome na hora de assinar um documento oficial? Será que ela estava muito emocionada por ter dado à luz ao futuro presidente dos Estados Unidos? Não é possível. E mais ainda, apesar da emenda, não há autenticação da emenda e um documento oficial, quando alterado, tem de ter uma averbação que faça uma ressalva, mas não tem nada disso. Além disso, a assinatura do funcionário do registro civil em que se lê *ukulele*, mas *ukulele* quer dizer cavaquinho, isso nunca foi nome de gente, poderia ser no máximo um apelido, mas imagine um sujeito assinar um documento oficial como “Mané Porcão” ou “Zé das Couves”.

Em terceiro lugar, tem o trabalho de Jerome Corsi que investiga o Obama há três anos e é autor do livro que provocou a publicação da certidão de nascimento – quando o livro, ainda não publicado,

foi colocado somente pelas encomendas no primeiro lugar nos índices de *Best Sellers* durante três semanas e a credibilidade da história do Obama começou a cair. Quando chegou a trinta e oito por cento, ele ficou horrorizado - na verdade caiu para menos, trinta e oito por cento é a estimativa mais “obamista” - então se deu o apavoramento geral e eles pariram do nada essa certidão de nascimento. A primeira coisa que Jerome Corsi disse ao ver a certidão foi que “agora que o Obama está ferrado mesmo” e um dos motivos disso é o seguinte: duas meninas gêmeas nasceram dois dias antes do Obama e foram registradas três dias depois com um registro de numeração inferior ao do Obama. Não se trata de folhas separadas que são arquivadas, mas de livros de registros cujas páginas não se movem para trás espontaneamente. Além disso, Obama foi adotado por um cidadão indonésio, Lolo Soetoro, e pela lei americana, toda adoção tem de ter um aditamento na certidão de nascimento, ou seja, a partir daquele momento, fica constando a informação dos pais adotivos, mas não tem este aditamento na certidão do Obama. Nestes casos, quando não há o aditamento, a certidão de nascimento é inválida; mesmo que seja genuína na origem, essa certidão seria legalmente inválida.

Há ainda todos os testes que foram feitos destacando-se camadas – é verdade que a compressão no arquivo *pdf* pode produzir camadas acidentalmente. Observei, porém, um detalhe que também não foi destacado até agora por ninguém: quando você separa as camadas, e a maneira de separar é muito simples, cada um pode fazer em casa, você copia o pdf da certidão - o pdf não o jpg - no site da presidência americana, para saber que você está lidando com o documento oficial, e então com o programa *LibreOffice*, que é o antigo *Open Office*, abra o pdf com a ferramenta de desenho. Simplesmente clique no documento e arraste, neste momento o documento se desdobrará em duas camadas. Isto poderia ser explicado como efeito acidental, porém, tem um detalhe: normalmente é separado texto de ilustração porque tem uma camada inteligível para um programa de leitura e outra não, mas ao invés de separar ilustração, o que ocorre é que a ferramenta separa as assinaturas do texto com os dados do Obama e quando as separam, as assinaturas da mãe do Obama ficam partidas em dois, ficando de um lado *Ann D* e de outro lado o restante do nome dela. Ora, sabendo-se que depois houve ainda a emenda que acrescenta o nome Stanley, o que fica parecendo é que se pegou uma certidão qualquer, por exemplo, de uma senhora chamada *Ann Davis*, apagou-se o resto e emendou-se o nome da mãe do Obama. Que tem alguma coisa errada na assinatura dela, realmente tem. E parece então que a alteração é bem grave. Pior: quando você desdobra, e isso é significativo, o número de registro que está acima, à direita, é separado: o começo do número fica na folha em branco e o último algarismo, o um, vai para o outro lado, para a folha verde – façam o teste em casa, há uma folha verde, a folha da marca d’água, do livro de registro mesmo, e outra folha em branco para onde vão todos os dados; o número vai para a folha em branco e o último algarismo fica na folha verde. Em uma das análises que os especialistas em computação gráfica fizeram alguém observou que o último algarismo estava impresso em letra mais clara do que as outras, o que não tem cabimento porque isto é um carimbo rotativo, quando você puxa o carimbo de volta os números voltam para a almofada de carimbo, molham e avançam um número para carimbar novamente. Então por que o último número teria de ser em tinta mais clara se ele foi impresso todo de uma vez? Há uma sugestão de que o último algarismo foi montado depois e isto parece ser confirmado pelo desdobramento, quando você puxa a imagem para o lado e sai a folha verde com o algarismo um e do outro lado fica a folha branca com os demais algarismos. Que há uma irregularidade com os números está comprovado com o caso das meninas que Jerome Corsi descobriu, então, lamento ter acreditado na autenticidade desta coisa em um primeiro momento – porque é aquele negócio, parece inverossímil que a Casa Branca vá soltar uma falsificação grosseira, mas, muito bem, este negócio de você fazer um crime inacreditável para que ninguém acredite é mais antigo do que andar para frente. Lembro bem do tempo em que eu convivia com o pessoal do Idries Shah, aquele bando de charlatões, essa era uma das técnicas deles, fazer um crime inverossímil. Um dos crimes que eles inventaram foi o seguinte: eles marcavam um encontro de sufis na Turquia, com danças de Dervish e etc., o pessoal achava aquilo maravilhoso porque iriam rodopiar até cair para enxergar Deus e Deus falava com eles, então eles ficavam rodopiando como

idiotas, faziam mil e uma preces, jaculatórias, concentrações etc., e na hora de ir embora o chefe chegava para eles e dizia: “faz um favorzinho para mim, pega este tapete que eu comprei e quando chegar em São Paulo, entrega na rua tal, número tal para mim...”, só que eles faziam isso com dois mil, três mil discípulos, então, do dia para a noite era montada uma loja de tapetes contrabandeados sem que ninguém pudesse falar nada! É o crime inverossímil porque quem é que vai mobilizar três mil pessoas para montar uma loja de tapetes? Eles faziam exatamente porque era inverossímil. Você acha verossímil que um senador assine uma declaração oficial do congresso, dizendo que o candidato tem de ser filho de pais americanos sendo que ele próprio não é? É inverossímil, no entanto, foi exatamente o que o Obama fez. Apostar na inverossimilhança, fazer aquilo que ninguém espera que você faça, olha, não é um truque tão requintado assim.

Aluno: O problema da verdade e a verdade do problema, no item o fundamento de todos os juízos é um juízo? O senhor dá o seguinte exemplo: as tartarugas têm cascas, fundamento este juízo nas definições de tartaruga e de casca, que são juízo, mas fundamento estas definições na observação, que não é juízo, de tartarugas e cascas que também não são juízos.

Olavo: Isto é uma coisa fundamental porque se não fosse possível basearmos um juízo na percepção, e a percepção no objeto, o próprio juízo seria impossível. Este é o grande erro de Wittgenstein e outros que praticamente tomam a linguagem como se fosse a única realidade – o que é comum porque vivem em um ambiente verbalmente carregado onde as pessoas falam todo o tempo, onde há intercâmbio de textos, conferências etc., são esses os únicos alimentos que eles têm. Raramente vemos uma dessas pessoas, deste tipo de ambiente, raciocinar algo a partir de uma experiência pessoal profunda; tanto que, se pegarmos a obra de Wittgenstein, todos os exemplos que ele usa são inventados – por exemplo, suponhamos a frase “as tartarugas têm casca...” ou que “a vassoura está atrás da porta” –, mas nunca há um exemplo retirado da linguagem efetiva, por exemplo, da linguagem poética, da linguagem de um romancista ou de coisas que as pessoas realmente disseram, nunca há um exemplo baseado na realidade, tudo é hipotético. Mas, se ele só trabalha com exemplos hipotéticos. Não está, em primeiro lugar, estudando a linguagem verdadeira e sim uma linguagem que ele montou na sua cabeça para os fins da sua exposição – claro que é lícito de vez em quando usar um exemplo inventado, mas não sempre. Se inventarmos milhares de frases, frases estas montadas para exemplificar o que nós mesmos estamos dizendo, não estaremos estudando a linguagem, estaremos inventando-a.

É curioso que Alexandre Dugin contesta que *de uma definição não se pode jamais deduzir que a coisa definida exista...*, regra elementar e lógica que coloquei no debate e que não vejo como discutir, afinal, todos os tratados de lógica dizem a mesma coisa a este respeito – a menos que a lógica seja abolida. No texto, continuo dizendo: *para isso, seria possível quebrar a casca da definição e analisar as condições requeridas para a existência da coisa. Caso essas condições não se revelem autocontraditórias, excluindo in limine a possibilidade da existência, ainda assim essa existência não estaria provada. Seria preciso, para chegar a tanto, colher do mundo da experiência dados factuais que não somente a comprovem, mas que confirmem sua plena concordância com a essência definida, excluindo a possibilidade que se trate de outra coisa bem diversa, coincidente com aquela tão somente em aparência.* Este critério é usado em toda e qualquer investigação científica no universo e, mais ainda, não há outro, e daí responde Dugin: *este é o tipo de abordagem positivista completamente descartada pelo estruturalismo e pelo Wittgenstein tardio* – ou seja, no livro *Investigações Filosóficas*. E Dugin continua: *É uma afirmação filosoficamente ridícula e muito ingênua, mas todas essas considerações são um detalhe de pouca importância...* e daí muda de assunto. Mas então Wittgenstein descartou tudo isso? Não, o máximo que ele pode ter feito é ter dito alguma coisa contra isso, mas tomar qualquer afirmativa de Wittgenstein como definitiva, ou seja, que somente pelo fato de Wittgenstein ter falado algo contra um critério usado por todas as ciências este critério está automaticamente refutado? Somente porque Wittgenstein disse? Mais ainda, Dugin nem se deu ao trabalho de citar o trecho em que Wittgenstein disse

aquilo, citou apenas o título do livro sem dizer onde está a citação. Isso quer dizer que se trata apenas de *dropping names*, ele está querendo me impressionar com o nome do Wittgenstein, como se eu fosse capaz de me impressionar com Wittgenstein, um autor que, sem brincadeira, sempre considere de quinta categoria, tudo o que eu li dele foi uma decepção. É uma coisa que joga areia nos olhos das pessoas à primeira vista, mas que, analisando melhor percebemos que são coisas que não fazem o menor sentido. Particularmente, esta teoria dos jogos de linguagem, eu já examinei neste mesmo curso meses atrás, demonstrando que não faz sentido. Mas enquanto eu analiso e examino criticamente Wittgenstein para chegar a uma conclusão, o professor Duguin pega o Wittgenstein como se fosse uma autoridade e vem esfregar na minha cara. E um preceito de método científico elementar, usado em todas as ciências há muito tempo e que, aliás, não se conhece outro, é de repente impugnado por algo que Wittgenstein disse. O que é isso? O professor Duguin está dando por pressuposto que o que quer que Wittgenstein tenha dito, que ele nem sequer cita, é a palavra final, uma verdade universalmente reconhecida e aquilo que eu disse é colocado como uma coisa primária, que todos sabem não ser deste modo. Isso é novamente o argumento erístico, Duguin dá como aceitação universal uma idéia escondida, que nem mesmo é citada, e que não é de aceitação universal de maneira alguma. Ele está agindo como se Wittgenstein fosse a última palavra, como se depois dele não se pudesse mais praticar a ciência nesse sentido, porém, todos continuam praticando. Qual é a influência de Wittgenstein em física atômica, por exemplo? Algum físico está ligando para o que Wittgenstein disse? Que estupidez é essa? Se quero conhecer os processos cognitivos que produzem algum resultado, tenho de estudar as investigações que produziram esse resultado, e basear a minha epistemologia nisso e não simplesmente em um jogo verbal qualquer, em uma contestação verbal da possibilidade de alguma coisa que existe. Ou seja, se você vier para mim e provar verbalmente que, por exemplo, eu não existo, eu não ficarei muito impressionado com isso. Argumento de autoridade, *dropping names* e o argumento erístico de fingir que está falando em nome de um consenso universal quando na verdade esse consenso não existe, mostra uma desonestidade tão pueril, grosseira. Ele diz o tempo todo que está com vontade de abandonar o debate, e está mesmo com vontade de abandoná-lo porque está apanhando o tempo todo, sem saber o que dizer, é burro, metido, presunçoso, então, não quer passar vergonha e diz que vai embora. Aconteceu o mesmo com João Pedro Stedile que, depois de ter sido suficientemente humilhado no debate, disse que se soubesse que seria tratado assim não teria ido. Não deveria mesmo ter ido para passar vexame. O professor Duguin está vendo o vexame e por isso decidiu sair arrotando importância como aquela expressão “fui lá e meti a cara na mão dele”, é mais ou menos isso o que ele faz. Que o guru, o líder de uma potência mundial do tamanho da Rússia, seja burro assim, metido e farsante, ora, sinceramente... Não posso nem dizer que é uma decepção porque em matéria de vigarice eu já vi de tudo, estou acostumado com isso. Se fosse o contrário, se aparecesse um homem honesto, sério, que não finge consensos universais inexistentes, que não exhibe nomes para me impressionar, aí sim eu ficaria espantado, mas com o tipo de vigarice do Duguin eu já estou bem acostumado.

Ademais, seria o caso de perguntar como ele concilia todo esse relativismo absoluto, onde só existe cultura, jogos de linguagem etc., com o absoluto de que fala a tradição e do qual ele se proclama um apóstolo, ou seja, o que ele teria a alegar contra o relativismo ocidental se ele o subscreve ao ponto de colocá-lo acima de qualquer realidade objetiva? Ele cultua o relativismo, colocando-o como superior a toda realidade, incontestável. Mas se tudo o que existe é o relativismo, os Rockfeller têm razão! A não ser que ele diga que os Rockfeller têm uma cultura e ele tem a dele, raciocinando como Richard Lorent, ou seja, na base de que nossas diferenças são irreduzíveis, não podem ser trabalhadas pela razão e só nos resta juntarmos nossos amigos e atacarmos nosso inimigos – esse é o raciocínio pragmatista do Richard Lorent e o argumento do Duguin só pode ser nesse sentido em entretanto, isso é incompatível com todo ensinamento tradicional do qual ele se diz um representante. Como dizer um negócio desses para o René Guénon, por exemplo? É impossível. Isso significa que o professor Duguin desistiu de qualquer obrigação de coerência, aliás, ele diz que o faz: há um trecho onde ele diz *ao racionalismo ocidental nós opomos o irracionalismo, a paixão*

etc., mas então o que ele está debatendo? O certo não é ele debater, mas bater em mim; não é debater, mas bater, ele tem de vir aqui na minha casa e me encher de porrada, porque daí entenderei o que ele está fazendo, afinal, se é para partir para o irracionalismo, para as vias de fato, por que não parte logo? Por que fica fingindo que está debatendo racionalmente quando, no fim, sabemos que ele não acredita em nada disso e que só acredita em um negócio chamado “vontade de poder”? Ele toma a vontade de poder como sendo uma espécie de realidade última, ou seja, não há divergências teóricas sanáveis, a razão nada pode fazer e só o que existe é a vontade de poder, essa é a realidade última. Mas então ele é um discípulo de Nietzsche? E ainda diz que é anti-ocidental? Nietzsche, Heidegger, Wittgenstein, Benjamin Whorf, Eduard Sapir, Lévi-Strauss - isso é a cultura ocidental modernista! E ele diz que está contra, mas não, ele é um representante dessa cultura, sua mente foi inteiramente formada em Paris. Ele não é um patriota russo, mas um intelectual parisiense se fingindo de patriota russo – essa é a conclusão a qual temos de chegar, não vejo outra. Nunca vi uma mente tão mal formada em toda minha vida. E tudo isso que estou dizendo ainda terei de escrever durante a semana.

Transcrição: Jussara Reis e Emanuel Franchetti

Revisão: Rodrigo Fernandes Moreira

Revisão final Fernando José da Silva